



## ATAS

### -----ATA N.º 47-----

-----Aos onze de março de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas, na sede social sita no Edifício 2 do “Lagoas Park”, em Porto Salvo, concelho de Oeiras, realizou-se a Assembleia Geral da sociedade anónima “SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.” (“SINERAMA”), com o capital social integralmente realizado de 2.500.000,00€, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 501.452.508 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o mesmo número.-----

-----A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo seu Presidente Senhor Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira e pela respetiva Secretária Senhora Dr.ª Maria Filipa Rebelo Pereira de Matos Alves Torgo.-----

-----O Presidente da Mesa, depois de declarar aberta a reunião e de dirigir uma saudação aos demais presentes, recordou que a efetivação desta Assembleia Geral lhe fora solicitada pelo Conselho de Administração, em função do prévio consenso alcançado entre este órgão e a acionista única, “TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.” (“TDH”), para que esta reunião se realizasse nesta data, hora e local, com dispensa de formalidades prévias e com a Ordem de Trabalhos a seguir indicada. Referiu, ainda a este propósito, que tal pedido lhe fora dirigido por carta do Senhor Presidente do Conselho de Administração, datada de um de março, cujo exemplar foi exibido e arquivado, na qual o mesmo lhe indicou que cuidaria ainda da obtenção dos documentos e da verificação das presenças necessárias para a concretização desta reunião.-----

-----Depois, o Presidente da Mesa anunciou que, conforme lhe fora certificado por carta do Conselho de Administração, elaborada nos termos legais previstos nos Estatutos e cujo original se arquiva, se encontravam registadas no Livro de Registos de Valores Mobiliários desta Sociedade as 2.500.000 ações representativas da totalidade do seu capital social, pertencentes à acionista única TDH, as quais são todas ordinárias, nominativas e têm o valor nominal de 1,00€ cada uma e, portanto, com um valor nominal global de 2.500.000,00€, conferindo o direito a 25.000 votos, conforme se deixou expresso na Lista de Presenças elaborada para esta Assembleia Geral.-----

-----De seguida, informou que a mencionada acionista TDH se encontrava devidamente representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, mediante carta elaborada em conformidade com as normas legais e estatutárias e tempestivamente apresentada, que tinha em seu



## ATAS

poder e arquivou e através da qual foram também conferidos os poderes especiais a que aludem os números 1 e 3 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, incluindo a faculdade de reunir em Assembleia Geral sem observância de formalidades prévias, manifestando a vontade de que a Assembleia se constitua e delibere sobre determinados assuntos.-----

-----Finalmente, registou que os elementos antes enunciados, bem como os demais exigidos por Lei, constavam da Lista de Presenças, a qual, antes de arquivada, foi assinada pelo aludido representante da acionista única, pelos já identificados componentes da Mesa, pelos três Administradores da Sociedade e pelo representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenha o cargo de Fiscal Único, que haviam igualmente comparecido.-----

-----Em tais circunstâncias, e face ao que lhe fora previamente requerido, o Presidente da Mesa convidou o representante da acionista única a pronunciar-se, tendo o mesmo manifestado a sua vontade expressa em que a Assembleia se constituísse e que deliberasse, ao abrigo do disposto no número 1 do Artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, sobre os assuntos da Ordem do Dia, que era a seguinte:-----

- “1.º Deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço, as contas e o parecer do Fiscal Único, relativos ao exercício de 2018;-----
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; -----
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade; -----
- 4.º Alterar diversas disposições previstas nos Estatutos da Sociedade; e -----
- 5.º Proceder à eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de um Fiscal Único e do seu Suplente, da Mesa da Assembleia Geral e, se assim for entendido, da Comissão de Remunerações a que se refere o Artigo 10.º do Pacto Social, para o quadriénio 2019/2022.” -----

-----Consequentemente, perante o consenso unânime e dada a regularidade dos demais elementos legal e estatutariamente exigíveis, o Presidente da Mesa declarou a Assembleia regularmente constituída e em condições de poder deliberar validamente sobre a referida Ordem de Trabalhos.-----

-----Pondo termo a esta fase introdutória e depois de apurar que mais ninguém queria intervir ou requerer qualquer esclarecimento complementar, o Presidente da Mesa, anunciou que se passaria, de imediato, aos temas da Agenda.-----

-----Desse modo e face ao teor do Primeiro Ponto em debate, foi concedida a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual se dispensou de proceder à apresentação do



## ATAS

Relatório de Gestão e dos restantes elementos de prestação de contas, atendendo por um lado à sua simplicidade e, por outro, ao facto de os mesmos serem já do conhecimento da acionista única e dos demais presentes.-----

-----Uma vez que o Órgão de Fiscalização já se havia pronunciado favoravelmente sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração – mediante Relatório e Parecer por si oportunamente emitido e também por todos distribuído, juntamente com a Certificação Legal de Contas – e que agora prescindira de quaisquer comentários adicionais e uma vez que mais ninguém se quisesse pronunciar ou solicitar qualquer outro esclarecimento, leu o Presidente da Mesa uma proposta escrita, que recebera e fez arquivar, assinada pelo Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, em nome da acionista sua representada TDH, no sentido de serem aprovados todos aqueles elementos de prestação de contas antes apreciados, que enumerava.-----

-----Atendendo ao facto de ser uma acionista única e de o seu representante ter ratificado o teor da mencionada proposta, ficou deliberado pela Assembleia Geral, por unanimidade, aprovar o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, as Contas da Sociedade e o Relatório e Parecer do Fiscal Único, relativos ao exercício de 2018, nos termos dos respetivos documentos oportunamente depositados.-----

-----Passando-se ao Segundo Ponto da Ordem do Dia, leu o Presidente da Mesa a Proposta de Aplicação de Resultados constante da parte final do Relatório de Gestão organizado pelo Conselho de Administração, convidando o representante da acionista única e os membros dos Corpos Sociais que assim o entendessem a intervir sobre o tema, o que nenhum pretendeu fazer.-----

-----Consequentemente, foi então essa Proposta de Aplicação de Resultados submetida à votação, tendo sido aprovada pela acionista única e, portanto, ficando deliberado pela Assembleia Geral, por unanimidade, que o Resultado Líquido apurado no ano de 2018, no montante de 380.742,34€ (trezentos e oitenta mil, setecentos e quarenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos), tenha a seguinte aplicação:-----

- Para Reservas Legais:	19.800,00€ -----
- Para Distribuição de Dividendos:	360.942,34€ -----

-----Prosseguindo para o Terceiro parágrafo da Ordem de Trabalhos, cujo enquadramento e obrigatoriedade de deliberação o Presidente da Mesa recordou, foi por ele anunciado que recebera uma proposta subscrita, de novo, pelo Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, uma vez mais em nome da



## ATAS

acionista única sua representada, que leu na íntegra, fez arquivar e se deixa transcrita:-----

### -----PROPOSTA-----

“Relativamente à matéria constante do Ponto Terceiro da Ordem de Trabalhos desta Assembleia – apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade – o signatário, em nome da acionista que representa, “TDH – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 376º e do Artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais, propõe que:-----

Seja aprovada uma deliberação de confiança no Conselho de Administração, em cada um dos seus membros e no Fiscal Único bem como um voto de louvor pela forma como, no exercício findo, desempenharam as suas funções.”-----

-----Dado que, uma vez mais, nenhum outro dos presentes se quisesse pronunciar quanto à apreciação ou discussão de tal proposta, foi a mesma submetida a votação, tendo sido confirmada pela mesma acionista única e, conseqüentemente, tomadas pela Assembleia Geral, por unanimidade, a deliberação de confiança e o voto de louvor nela contidos.-----

-----Passando-se ao Quarto ponto agendado, o Presidente da Mesa disponibilizou aos presentes oportunidade para intervirem, nenhum deles o pretendendo fazer.-----

-----Como tal, anunciou o Presidente que recebera na Mesa uma proposta subscrita pelo representante da acionista única TDH, texto esse que foi lido e aqui se reproduz:--

### -----PROPOSTA-----

“Considerando que -----

- a) Se entende necessário ajustar os Estatutos da Sociedade de forma a passarem a refletir e a dar cumprimento às várias alterações legislativas ocorridas nos últimos anos relativamente a matérias societárias, -----
- b) Se justifica acautelar igualmente diversas necessidades de ordem prática e operacional que se vinda a verificar; -----
- c) Foi assumido o objetivo de uniformizar os Estatutos de várias entidades do Grupo Empresarial em que a SINERAMA se enquadra, -----

Relativamente à matéria constante do Ponto Quarto da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Geral, o signatário, em nome da acionista que representa, “TDH – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, propõe que a Assembleia Geral delibere: -----



## ATAS

1. Alterar diversas disposições previstas nos Estatutos – mantendo-os inalterados quanto à denominação, sede, objeto, capital social e forma de obrigar a Sociedade – nos seguintes termos: -----
  - Alteração do número 2 do artigo 2.º, do número 2 do artigo 4.º, do artigo 10.º, do artigo 11.º, dos números 1, 2, 5, 6 e 7.º do artigo 12.º, do artigo 13.º, do artigo 15.º, do número 4 do artigo 20.º; -----
  - Aditamento de um novo número 4 ao artigo 4.º, de um novo artigo 6.º, de um novo artigo 7.º, de um novo artigo 8.º, de novos números 8 e 9 ao artigo 12.º, de um novo artigo 14.º, de um novo artigo 16.º, de um novo artigo 17.º, de um número 2 ao artigo 19.º, de um número 4 ao artigo 20.º, de um novo número 1 ao artigo 21.º, de um novo artigo 22.º; -----
  - Renumeração do antigo artigo 6.º (que passa a artigo 5.º), dos artigos 14.º e seguintes; -----
  - Eliminação do antigo artigo 5.º, do antigo artigo 7.º, do antigo artigo 8.º, do antigo artigo 16.º; -----
2. Alterar os artigos acima indicados, de forma a que passem a ter a seguinte redação: -----

### -----ARTIGO SEGUNDO-----

(...) -----  
*DOIS – O Conselho de Administração poderá deslocar a sede da sociedade para outro local, dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências, sucursais, ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no território nacional ou no estrangeiro, onde e quando entender conveniente.*-----

### -----ARTIGO QUARTO-----

(...) -----  
*DOIS – As ações são nominativas, podendo ser representadas por títulos ou assumir a forma escritural.*-----

(...) -----  
*QUATRO – A Sociedade poderá optar por emitir ações escriturais, bem como converter as ações tituladas em escriturais ou estas naquelas, em qualquer dos casos nas condições e nos termos previstos na lei.*-----

### -----ARTIGO QUINTO-----

*Nos aumentos de capital a realizar em dinheiro, salvo deliberação diversa da Assembleia Geral, será atribuído aos acionistas direito de preferência na subscrição*



## ATAS

*das novas ações, bem como no rateio das que não hajam sido subscritas, sempre na proporção das que ao tempo possuírem. -----*

### *-----ARTIGO SEXTO-----*

*UM – Poderão ser emitidas ações preferenciais sem voto, conferindo direito a um dividendo prioritário e suscetíveis ou não de remição, em conformidade com os limites legais e nas demais condições que vierem a ser afixadas pela Assembleia Geral que tal deliberar.-----*

*DOIS – Mediante deliberação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, o qual igualmente fica autorizado para o efeito, a Sociedade poderá emitir quaisquer modalidades ou tipos de obrigações, nos termos que lhe sejam permitidos por Lei e nas condições que forem determinadas pelo órgão que decidir a emissão.-----*

### *-----ARTIGO SÉTIMO-----*

*Dentro dos limites impostos pela Lei, a Sociedade poderá adquirir e deter ações ou obrigações próprias, bem como realizar com elas todas as operações que forem julgadas convenientes para os interesses sociais.-----*

### *-----ARTIGO OITAVO-----*

*UM – Os acionistas poderão acordar a realização de prestações suplementares ou prestações acessórias, mediante deliberação da Assembleia Geral da Sociedade que determinará os prazos e demais termos e condições para realização das mesmas.-----*

*DOIS – A deliberação sobre a realização de prestações acessórias onerosas deverá ser aprovada em Assembleia Geral Universal e sem votos contra.-----  
(...)------*

### *-----ARTIGO DÉCIMO-----*

*As retribuições, de qualquer espécie, que devam ou não auferir cada um dos membros desses corpos sociais, serão fixadas e a todo o tempo revisíveis pela Assembleia Geral ou, quando esta assim o entender, por uma Comissão de Remunerações composta por três membros por ela eleitos.-----*

### *-----ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO-----*

*UM – A Assembleia Geral da Sociedade representa a universalidade dos acionistas, sendo as suas deliberações, quando tomadas nos termos dos presentes estatutos e da Lei, vinculativas para todos eles, ainda que ausentes, discordantes ou incapazes.---*

*DOIS – A Assembleia Geral é constituída apenas pelos acionistas que tiverem direito a voto e, além deles, pelas pessoas singulares que, dispondo ou não de tal direito, exerçam os cargos de membros efetivos dos Corpos Sociais.-----*



## ATAS

TRÊS – Os membros dos Corpos Sociais presentes nas reuniões da Assembleia Geral que não disponham de direito de voto poderão ainda assim intervir nos trabalhos, apresentar propostas e participar nos seus debates.-----

### -----ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO-----

UM – Terão direito a voto os acionistas que, até dois dias antes da data marcada para a respetiva reunião da Assembleia, disponham de, pelo menos, uma ação averbada ou registada em seu nome nos livros da Sociedade, depositadas na sede social ou ainda em instituições de crédito, neste último caso devendo tal depósito ser certificado mediante carta desta instituição que identifique as ações em causa e o seu possuidor e que seja recebida na Sociedade dentro do mesmo prazo acima estabelecido.-----

DOIS – A cada ação, nas condições supra referidas corresponde um voto.-----

(...)------

CINCO – Os acionistas pessoas singulares, com direito a voto, apenas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral mediante documento emitido nos termos permitidos pela Lei.-----

SEIS – Os acionistas incapazes, com direito a voto, serão representados pelas pessoas a quem legalmente couber o poder para os obrigar. -----

SETE – Para além de cumprirem, da mesma forma, as regras do número um deste artigo, todas as representações previstas nos números três a seis anteriores terão de ser comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por cartas devidamente assinadas e que sejam recebidas na sede social até dois dias de calendário antes da data designada para a respetiva reunião da Assembleia Geral. -----

OITO - Não é admitido o voto por correspondência ou por meios eletrónicos.-----

NOVE - A Assembleia Geral poderá ser efetuada através de meios telemáticos, se o Presidente da Mesa assim o entender adequado, devendo a Sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, em particular para que se proceda ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes. -----

### -----ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO-----

UM – A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente e um Secretário.-----

DOIS – Se a Assembleia Geral assim o deliberar, poderá ser eleito também um Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.-----

TRÊS – Compete ao Presidente da Mesa convocar as reuniões da Assembleia Geral e dirigir os seus trabalhos, bem como exercer as demais funções que lhe sejam conferidas pela lei, pelos Estatutos ou por delegação da própria Assembleia.-----



## ATAS

QUATRO – Cabe ao Vice-Presidente substituir o Presidente da Mesa nas suas ausências ou impedimentos, tanto na emissão de convocatórias como na condução dos trabalhos das Assembleias Gerais e no exercício das demais funções que sejam conferidas pela lei.-----

CINCO – Sempre que for solicitado pelo Presidente da Mesa, o Vice-Presidente deverá assessorá-lo no exercício das suas funções e estar presente nas reuniões da Assembleia Geral.-----

SEIS – Ao Secretário incumbe coadjuvar o Presidente em exercício e assegurar todo o expediente relativo à Assembleia.-----

### -----ARTIGO DÉCIMO QUARTO-----

UM – A Assembleia Geral poderá deliberar validamente, em primeira convocação, sempre que estiverem presentes ou representados acionistas possuidores de ações correspondentes a mais de metade do capital social e, em segunda convocação, qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e a percentagem do capital que lhes couber, ressalvadas as exceções determinadas por Lei.-----

DOIS - Na convocatória da Assembleia pode logo ser fixada uma segunda data de reunião para o caso de a Assembleia não poder reunir na primeira data marcada, por falta de representação do capital exigido pela Lei ou pelos Estatutos, contanto que entre das duas datas medeiem mais de quinze dias.-----

TRÊS - Ao funcionamento da Assembleia que reúna em segunda data fixada, aplicam-se as regras relativas à Assembleia da segunda convocação.-----

QUATRO - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos emitidos, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possa exigir maiorias qualificadas.-----

CINCO – As abstenções não são contadas. -----

### ----- C) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-----

### -----ARTIGO DÉCIMO QUINTO-----

UM – A gestão das atividades da Sociedade e a condução de todos os seus negócios serão exercidas por um Conselho de Administração composto por dois a sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, a qual designará obrigatoriamente aquele que exercerá as funções de Presidente.-----

DOIS – Compete igualmente à mesma Assembleia Geral definir a modalidade, de entre as legalmente admitidas, bem como estabelecer o montante, não inferior ao na mesma Lei determinado, da caução que deverá ser prestada por cada um dos



## ATAS

administradores ou, se assim o entender e for permitido, dispensá-los de tal prestação.-----

### -----ARTIGO DÉCIMO SEXTO-----

UM – O Conselho de Administração reunirá com a periodicidade que ele próprio determinar e, além disso, sempre que for convocado, por qualquer forma, por qualquer um dos seus membros.-----

DOIS - A convocação dos membros do Conselho de Administração poderá ser feita por qualquer forma, desde que dirigida a cada um dos seus destinatários, para cada reunião ou por documento que determine datas pré fixadas, cabendo, em qualquer uma destas situações, ao remetente assegurar tal facto.-----

TRÊS - Qualquer membro do Conselho poderá fazer-se representar numa reunião por outro Administrador, mediante escrito dirigido ao Presidente, que será válido unicamente para essa mesma reunião. -----

QUATRO - O Conselho não poderá reunir nem tomar deliberações sem que esteja presente ou devidamente representada a maioria dos seus membros.-----

CINCO - As reuniões do Conselho podem realizar-se através de meios telemáticos, se a Sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, em particular para que se proceda ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.-----

SEIS - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos, dispondo o Presidente, em caso de empate, de voto de qualidade.-----

SETE - Caso o Presidente do Conselho de Administração se faça representar numa ou mais reuniões, o seu representante presidirá a reunião e não só acumula o seu direito de voto com o direito de voto do Presidente como terá o direito de exercer o voto de qualidade, em caso de empate.-----

OITO - É fixado em cinco o número de faltas a reuniões, seguidas ou interpoladas, em cada mandato, sem justificação aceite pelo Conselho, que conduz à situação de falta definitiva de um Administrador, com as consequências previstas na Lei.-----

NOVE - O Conselho de Administração poderá aprovar o seu próprio regulamento interno.-----

### -----ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO-----

Para além de todas as demais atribuições e competências que por Lei, pelo presente contrato ou por delegação da Assembleia Geral lhe sejam conferidas, cabe, nomeadamente, ao Conselho de Administração:-----



## ATAS

- a) Gerir as atividades da Sociedade, devendo subordinar-se às deliberações dos acionistas ou às intervenções do Órgão de Fiscalização apenas nos casos em que a Lei ou os presentes Estatutos o determinarem;-----
- b) Definir as estratégias da Sociedade e promover a elaboração dos seus planos e orçamento, bem como dos relatórios periódicos respeitantes à sua execução;-----
- c) Negociar e outorgar todos os contratos, seja qual for o seu alcance, forma e natureza, em que a Sociedade seja parte;-----
- d) Adquirir, alienar, permutar ou onerar, nos termos que lhe forem legalmente permitidos, quaisquer direitos e bens móveis ou imóveis, incluindo viaturas, quotas, ações, obrigações ou outros títulos, celebrar arrendamentos e dar ou tomar de trespasse estabelecimentos;-----
- e) Ajustar e contrair financiamentos ou empréstimos e realizar outras operações de crédito, nos termos que forem legalmente autorizados, em quaisquer instituições ou mercados, bem como prestar ou receber as cauções ou garantias consideradas necessárias;-----
- f) Representar a Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, promover, contestar, transigir ou desistir em quaisquer processos e comprometer-se em todo o tipo de arbitragens;-----
- g) Deliberar que a Sociedade, em conformidade com as normas legais aplicáveis, participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses, ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as atuais tenha celebrado contrato de subordinação;-----
- h) Designar as pessoas que entender para o exercício de cargos noutras sociedades participadas, agrupamentos ou em qualquer tipo de associações;-----
- i) Delegar em quaisquer dos seus membros os poderes necessários para o desempenho de certas tarefas ou atuações;-----
- j) Nomear mandatários da Sociedade para a prática de determinados atos ou categorias de atos, com os poderes e atribuições que constarem das respetivas procurações que para o efeito outorgar;-----
- l) Designar, quando seja obrigatória a sua nomeação ou, se facultativo, quando o entender, um Secretário da Sociedade e o seu Suplente.-----

### ARTIGO DÉCIMO OITAVO-----



## ATAS

A Sociedade obriga-se validamente em todos os seus atos e contratos com as assinaturas: -----

- a) De dois membros do Conselho de Administração; -----
- b) De um Administrador e de um mandatário social munido de poderes para o efeito; --
- c) De um Administrador ou de um mandatário social, no primeiro caso se o Conselho de Administração nele tiver expressamente delegado poderes para o efeito e, no segundo, em conformidade com os precisos termos que constarem da respetiva procuração.-----

----- D) CONSELHO FISCAL OU FISCAL ÚNICO-----

-----ARTIGO DÉCIMO NONO-----

UM – A fiscalização da atividade social incumbe, conforme a Assembleia Geral determinar, a um Conselho Fiscal ou a um Fiscal Único, em qualquer dos casos atuando nos termos e com as atribuições definidas na lei.-----

DOIS – Compete igualmente à mesma Assembleia Geral definir a modalidade, de entre as legalmente admitidas, bem como estabelecer o montante, não inferior ao na mesma lei determinado, da caução que deve ser prestada por cada um dos membros do Conselho Fiscal ou, se assim o entender e for permitido, dispensá-los de tal prestação, sem prejuízo do regime especial determinado para os Revisores Oficiais de Contas.-----

-----ARTIGO VIGÉSIMO-----

UM – Quando a Assembleia Geral optar pela existência de um Conselho Fiscal, este será constituído por três membros efetivos e um suplente, os quais igualmente deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei, cabendo também à mesma Assembleia designar aquele que exercerá as funções de Presidente.-----

DOIS – Havendo Conselho Fiscal, o mesmo reunirá, mediante convocatória do seu Presidente, dentro da periodicidade legal e, ainda, sempre que for solicitado por qualquer dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.-----

TRÊS – Para que o Conselho Fiscal possa deliberar é indispensável que estejam presentes mais de metade dos seus membros, regendo-se as respetivas reuniões por tudo o mais que se encontrar disposto na legislação aplicável.-----

QUATRO – Quando for eleito um Fiscal Único, este deverá ter sempre um suplente e ambos serem Revisores Oficiais de Contas, não podendo ser acionistas.-----

-----CAPÍTULO IV-----

-----DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES-----



## ATAS

### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

UM – O exercício social coincide com o ano civil.

DOIS – Os lucros de cada exercício, depois de retirados os montantes necessários para a constituição ou reintegração da reserva legal, terão a aplicação que a Assembleia Geral deliberar, sem qualquer limitação, podendo, no todo ou em parte, ser destinados a outras quaisquer reservas e fundos sociais ou distribuídos pelos acionistas.

### ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM – Salvo nos casos em que a lei imperativa tal impeça, todas as questões emergentes da interpretação, da aplicação ou da execução deste contrato, suscitadas quer entre os acionistas quer entre eles e a Sociedade, que não possam ser resolvidas por acordo, serão dirimidas por um tribunal arbitral, funcionando no concelho da sede social, tomadas por simples maioria e segundo a equidade, não haverá recurso

DOIS – Para o efeito, cada uma das partes em litígio nomeará o seu árbitro, no prazo de quinze dias, devendo estes, por consenso e em novo prazo de quinze dias, escolher um terceiro, que presidirá.

TRÊS – Se dentro dos prazos previstos algumas das partes não nomear o seu árbitro ou se os árbitros por elas nomeados não acordarem na escolha do terceiro serão os mesmos designados pelo Tribunal de Relação de Lisboa.

QUATRO – As demais regras de processo a observar na arbitragem serão convencionadas pelas partes até ao momento em que for nomeado o árbitro presidente, aplicando-se na falta de tal convenção e em todo o omissos, o disposto na Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro, ou em diploma que a substituir.

-----Dado que, tendo sido concedida oportunidade para o efeito, nenhum dos presentes pretendesse debater tal proposta, foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada pela acionista única e, como tal, ficando deliberado pela Assembleia Geral, por unanimidade, alterar as mencionadas disposições previstas nos Estatutos, tudo nas demais condições que em tal texto se encontram explicitadas.

-----Passando-se ao Ponto Sexto da Ordem do Dia – relativo à eleição dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio 2019/2022 – o Presidente da Mesa informou ter recebido e uma proposta subscrita pelo Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, uma vez mais em nome da acionista única sua representada, a qual leu na íntegra, fez arquivar e se deixa transcrita:

### PROPOSTA



## ATAS

"Relativamente à matéria constante do Ponto Quinto da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Geral, o signatário, em nome da acionista sua representada "TDH – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." propõe que: -----

1. Sejam eleitos, como Membros dos Corpos Sociais, para exercerem funções durante o quadriénio 2019/2022, as seguintes entidades: -----

1.1. Mesa da Assembleia Geral: -----

Presidente José Pedro Poiares Cobra Ferreira, divorciado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo. -----

Vice-Presidente Filipe Manuel Cavaco Bismarck, casado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo; -----

Secretário Nuno Miguel Pinheiro de Mendoça Lopes, solteiro maior, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo; -----

1.2. Conselho de Administração: -----

Presidente Luís Manuel dos Santos Ferreira Vicente, casado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, NIF 197.891.578; -----

Vogais Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, casado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, NIF 177.747.552; -----

Carla Susana Gouveia Leite Nunes de Carvalho, divorciada, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, NIF 201.693.615. -----

1.3. Fiscal Único (a reconduzir integralmente): -----

Efetivo "Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.", Sociedade de Revisores Oficiais de Contas número 173, com sede na Avenida Miguel Bombarda, número 36, 6.º andar, letras A e B, 1050-165 Lisboa, com o NIPC 505.062.615, representada por António Gonçalves Monteiro, R.O.C. número 382, casado, residente na Calçada Palma de Baixo, n.º 6, 10.º C, em Lisboa, com NIF 122.076.915. -----

Suplente Ana Patrícia Correia Monteiro Varela, casada, residente na Calçada Palma de Baixo, n.º 6 – 5.º B – 1600-176 Lisboa, R.O.C. número 1418, com o NIF 201.369.532. -----

1.4. Comissão de Remunerações, a que se refere o Artigo 10.º do Pacto Social: -----



## ATAS

Considerando que a Sociedade tem uma única acionista e que, por outro lado, não é tradição os seus Administradores receberem qualquer retribuição, por isso não havendo cabimento para proceder à eleição de uma Comissão de Remunerações conforme é facultado pelos Estatutos, propõe-se que a Assembleia Geral de novo reserve para si própria a competência para decidir sobre tal matéria, como prioritariamente lhe cabe, desde já deliberando que, com exceção da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, através do seu representante nomeado, é simultaneamente Fiscal Único, relativamente à qual o Conselho de Administração fica mandatado para contratar as condições de prestação dos seus serviços e a respetiva retribuição, todos os demais Membros dos Corpos Sociais – ou seja, a Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário da Mesa e os três Administradores – não auferirão qualquer remuneração pelo exercício dos seus cargos. -----

2. Os Administradores fiquem dispensados da prestação de caução, para o mandato que agora irão exercer.” -----

-----Dado que nenhum outro dos presentes se quisesse pronunciar quanto à apreciação ou discussão de tal proposta, ficou deliberado, por unanimidade, declarar eleitos e empossados nos seus cargos os titulares *supra* identificados, para exercerem funções durante o quadriénio 2019/2022, tudo nas demais condições descritas na proposta acima transcrita.-----

-----Nada mais havendo a tratar e uma vez que, tendo sido proporcionada ocasião para tanto, ninguém pretendesse produzir quaisquer outras considerações finais, o Presidente da Mesa agradeceu a comparência e a colaboração de todos os presentes durante o decorrer dos trabalhos e, pelas dezasseis horas e quinze minutos, deu por encerrada esta Assembleia Geral.-----

-----Para os devidos efeitos, lavrou-se esta ata, a qual reflete o que se passou na reunião e vai, nos termos da lei, ser assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral.-----

-   
- 